

## PANDEMIA: Lições que aprendemos (Onde reside a Soma de Todos os Medos)

Creio que a pandemia trouxe consigo uma constatação dolorosa e também perigosa: a de que as pessoas dão muito mais atenção a opiniões, mesmo que elas não expressem a verdade. Ninguém é imune a duas coisas: o medo e a ameaça. E o que presenciamos foi exatamente isso: prestamos mais atenção às opiniões que transmitem medo ou ameaça do que aquelas que contenham lucidez, equilíbrio e bom senso. Todavia, mesmo aquelas opiniões ou notícias que procurem abrandar os reais efeitos do contágio de uma doença trazem consigo uma falsa sensação de conforto ou segurança, posto que as pessoas encontram-se fragilizadas e suscetíveis a tudo que possa aliviá-las de toda a tensão que impera naquele momento.

*Em anos passados, por exemplo, foram disseminadas informações de que vacinas contra sarampo, febre amarela, poliomielite e gripe continham composições químicas prejudiciais, causando danos à saúde de quem era vacinado. Em função disso, os órgãos públicos responsáveis pela área de saúde relataram considerável diminuição no número de pessoas imunizadas, situação perigosa em épocas de surtos e epidemias<sup>1</sup>.*

Nesse momento, as redes sociais mostraram toda a sua eficácia em disseminar todo o tipo de informação ou opinião alarmante ou dogmática relativa à pandemia, suas origens e efetivas consequências.

*“... de acordo com dados de uma pesquisa realizada pela ESET na América Latina em maio deste ano, mais de 70% dos participantes garantiram receberam ou tiveram algum tipo de contato com notícias falsas relacionadas ao Covid-19 durante a pandemia – principalmente através de redes sociais (72%), mas também via WhatsApp (51%) e em sites de notícias não confiáveis (36%)<sup>2</sup>.*

Então, uma primeira lição diz respeito ao que devemos, ou não, acreditar, e qualquer que seja a escolha, o melhor não é repassá-la, pois esse ato redundará em uma maior disseminação com enorme distorção. Todo processo de comunicação leva consigo dois efeitos inatos: perda e distorção de dados, de tal maneira que, cada vez que a informação é transmitida, algo se perde e o restante sofre distorções. Acredita-se que isso não deveria ocorrer nas mídias digitais, posto que a informação é transmitida e difundida integralmente. E mais uma vez nos enganamos não sobre a forma, mas sim sobre o conteúdo.

Existe um certo grau de egoísmo arrogante nas pessoas que buscam acreditar em uma informação como sendo verdadeira, não porque ela seja realmente verdade, mas porque ele deseja que ela seja verdadeira; sendo assim, o conteúdo da informação perde sua significância a partir da significância do próprio emissor que sente-se acima do bem e do mal. Tomemos como exemplo simplório toda a crítica quanto a eficiência do uso de máscaras faciais para evitar-se o contágio. Ninguém observou que, há décadas no Japão, o uso de máscaras por alguém que está doente representa um gesto de respeito ao semelhante e também uma forma de autopreservação; supõe-se que o hábito tenha sido adotado desde o advento da gripe espanhola no início do século vinte (!). *“Hoje obrigatórias em espaços públicos e privados de diferentes cidades brasileiras, as máscaras de pano que ajudam a conter a transmissão do novo coronavírus também já foram alvo das fake news. Na mais popular delas, há a informação de que o equipamento de proteção poderia causar asfixia por retenção de gás carbônico”<sup>3</sup>.* Tem-se aqui, portanto, uma constatação inequívoca de que informação de má qualidade não informa, mas apenas distorce a realidade a fim de atender interesses particulares escusos.

Outra lição que nos ensinaram nesses tempos bicudos foi que é preciso prestar mais atenção na qualidade da fonte do que na própria informação; na maioria das vezes, percebemos que fontes que se dizem fidedignas, confiáveis e até mesmo, respeitáveis, existem com o propósito de servir aos interesses econômicos ou políticos de algum grupo, quer seja para conduzir, quer seja para confundir.

*Em nossas sociedades, a economia da verdade tem cinco características historicamente importantes: a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida à constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante a algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e confronto social (as lutas ideológicas). (FOUCAULT, 2012, p. 52)<sup>4</sup>.*

O verbete acima traz em seu bojo a triste constatação de que o objetivo não consiste em difundir a mentira, mas sim desacreditar a verdade; a estratégia tem uma finalidade precípua de confundir a opinião pública para que esta, mesmo desconfiando do que parece mentira, passe a duvidar da verdade até que ela seja integralmente neutralizada. Passamos então a vivenciar mais uma lição centrada na ideia de pós-verdade que se sustenta em uma verdadeira desordem informacional que é capaz de abalar instituições respeitáveis, minar a confiança em meios de informação tradicionais e também os digitais, germinando um ambiente social e politicamente nocivo.

Esse ambiente corrói as estruturas democráticas de dentro para fora enfraquecendo a liberdade de expressão e criando discursos tendenciosos e superficiais, nos quais a objetividade de fatos comprováveis perdem espaço sendo objeto de confrontação por apelos emocionais e crenças pessoais. Neste cenário, perdemos a capacidade de lidar com crises econômicas, ameaças terroristas que põe em risco nossa estabilidade social sempre sob ameaça impondo uma restrição da liberdade em nome da segurança, com o pressuposto falacioso, porém eficiente, de que é necessário criar-se uma ameaça para depois trazer-se uma solução segura, mesmo que esta última implique em restrições em nossa própria liberdade.

Surge aí, então, mais um novo momento de aprendizado; e a lição diz respeito à profunda crise que incapacita a relação entre governantes e governados, com desconfiança nas instituições que torna a representação política instável e suscetível a gradual perda de legitimidade. E isso acontece porque as instituições são erigidas com base nos interesses e valores de quem detém o poder tramando o tecido social em conformidade com suas expectativas. Deste modo, o poder é exercido pela coerção ou pelo entretenimento (“pão e circo”).

Na medida em que essa relação de poder avança desligando-se da sua própria realidade, quase em um processo ególatra, o resultado aponta para uma ruptura do vínculo pessoal que une o que os governados pensam e almejam ante as ações dos que foram eleitos esfacelando a legitimidade política. Estado e Nação dissociam-se de tal modo que a legitimidade perde sua razão de ser na medida em que a descrença e a perda de oportunidades afeta diretamente a sensação de estabilidade do indivíduo que se julga à margem das decisões que lhe afetam de modo contundente retirando a sensação de segurança e confiabilidade. E mais uma vez nos vemos diante de um novo ensinamento que comprova o fato da globalização ter afetado com tal magnitude as economias locais limitando a capacidade de agir dos governos (Estado-Nação) e incrementando ações que destinam recursos públicos para salvaguardar o próprio Capitalismo.

Ampliar a dominância do Capital e restringir a atuação do Estado aumenta a polarização das desigualdades forçando governantes a destinar recursos para proteger especuladores e fraudadores sob a frágil alegação de assegurar emprego e renda aos menos favorecidos propiciando ainda uma corrupção sistêmica apoiada em uma política midiática que enaltece o escândalo, criando as condições ideais para que a crise de representatividade conduza para a autodestruição da legalidade institucional encerrando o ciclo da crise de legitimidade.

Todo esse pano de fundo nos remete ao pressuposto de que a pandemia nos ensinou que podemos ser facilmente manipulados pelo medo e pela ameaça; o primeiro manifesta-se por um turbilhão de informações truncadas, ambíguas e contraditórias cujo objetivo é, além de confundir, inspirar medo; o mesmo medo difundido com relação aos atos de terrorismo. É o que podemos chamar de **“terror midiático ilusionista”**, pelo qual, cria-se uma notícia, ou veicula-se uma informação que põe em cheque outra que contenha fundo de verdade, não apenas desacreditando-a como também desmerecendo a fonte que a originou.

Deste modo o medo é substituído pelo terror; terror esse que assenta-se sobre a nuvem de dúvidas que paira sobre aquela fonte, até então julgada fidedigna, mas que pode muito bem encontrar-se em processo de contribuição para o mal; instaura-se, portanto, um terror sub-reptício que de forma surpreendentemente sagaz, não minou a informação, mas pôs em contraponto sua origem ceifando sua confiabilidade e invertendo sua credibilidade.

Mais interessante ainda, seria perguntarmos como esses organismos desestabilizadores conseguem sobreviver e proliferar? A resposta parece fácil, porém a justificativa encontra-se protegida por uma sutil cortina de fumaça. Quem financia a informação, e também a desinformação, é aquele que possui recursos para tal, porém não possui representatividade política, razão pela qual busca financiar aqueles que mesmo não possuindo grande penetração social, pode muito bem ver-se guindado a uma posição privilegiada desde que saiba o que dizer e tenha recursos para fazê-lo, assegurando sua ascensão e trazendo consigo o “investidor” que espera ser muito bem remunerado no momento oportuno (podemos chamar isso de corrupção!).

Não nos esqueçamos também do que pode ser denominado de “Economia Criminal”; e, por favor, não se assustem com o termo porque ele existe. Trata-se da economia que se alimenta do tráfico de drogas, armas, órgãos e pessoas, como já asseverado por Manuel Castells.

*Outro fator essencial é: em certos estados — podemos afirmar que em todos — , particularmente na América Latina, na África e em certas regiões da Ásia, a **“economia criminal”** se converteu em um processo fundamental; e com atores fundamentais que determinam a penetração de criminosos em todos os níveis do Estado<sup>5</sup>.*

Essa forma de desenvolvimento econômico ilegal, além de movimentar vultosas quantias em dinheiro produz um efeito desejado por aqueles que precisam de financiamento para subverter a ordem, já que não tem origem e muito menos destino; são recursos que podem circular livremente pelo planeta, protegidas, inclusive, pelos efeitos da globalização. Então, temos duas fontes financeiras capazes de alimentar o sistema de quebra de integridade e ambos são recursos de origem duvidosa: dinheiro proveniente do tráfico e da corrupção.

A partir dessa análise, temos uma nova lição para aprender: aquela que diz respeito ao funcionamento da engrenagem retroalimentada por organismos informativos criados exclusivamente para desacreditar os chamados “órgãos de imprensa respeitáveis”, que por sua vez, parecem perder sua credibilidade na medida em que tomam posições tanto a direita como a esquerda, tornando duvidosas suas reportagens ante um público cada vez mais sedento.

Esqueçamos, por um instante, a questão de posicionamento, e prestemos atenção sob o ponto de vista econômico/financeiro, já que instituições de porte e respeitabilidade no segmento de informação dependem diretamente de financiamento. Um financiamento que precisa ser robustamente remunerado diante de um mercado em franca expansão, pressionado por outros meios de comunicação/informação que surgem com o advento, inicialmente, da internet e posteriormente na segunda onda gerada pelas redes/mídias sociais.

*Trata-se dos incentivos gerados pela própria estrutura competitiva do mercado ou, mais precisamente, pelo fato de que a remuneração dos agentes econômicos é diretamente proporcional ao tamanho da audiência ou da atenção coletada. Tais incentivos podem impulsionar esses agentes a uma corrida rumo ao fundo do poço, uma espécie de luta pela sobrevivência ou, ainda, uma busca desenfreada pela ampliação de margens de lucro, no bojo da qual são desprezados os princípios éticos do jornalismo e a qualidade dos conteúdos publicados.*<sup>6</sup>

Desde de Cidadão Kane, sabemos que a imprensa pode eleger um presidente, causar a derrocada de um governo, porém, sempre hesitarão quando a ponta da notícia sugere envolvimento de instituições financeiras, exceto se tais instituições mostrarem-se inequivocamente dotadas de estruturas duvidosas. Veja-se, por exemplo, o caso envolvendo a empresa PROCONSULT e a Rede Globo de Televisão onde evidencia-se os perigos existentes quando política, dinheiro e notícia relacionam-se de forma bastante obscura e tendenciosa<sup>7</sup>.

Do outro lado, como já dissemos em artigo anterior, temos o advento da, por nós denominada “terra de Ninguém”, ou melhor, a internet e com ela o surgimento das redes/mídias sociais, instrumentos de fácil manuseio que se contrapõe aos Golias da imprensa, trazendo consigo os mesmos interesses, ora escusos, ora duvidosos, ora tendenciosos. Tais mecanismos possibilitaram o farto cultivo de sementes que germinaram e eclodiram em uma floresta onde opiniões são muito mais relevantes que constatações, da mesma forma que o emissor ganha muito mais relevância que aquilo que produz em termos informativos, independentemente da sua origem e confiabilidade. É neste cenário que proliferam as chamadas “fake news”, ou em bom português: notícias falsas, cujos objetivos mostram-se descaradamente oportunistas.

*Produtores de notícias falsas são empresas com duas características distintivas. Primeiro, eles não fazem nenhum investimento em reportagens confiáveis, de modo que seus incentivos fundamentais não estão relacionados com a expressão da verdade. Em segundo lugar, eles não se preocupam em construir uma reputação de qualidade a longo prazo, mas, apenas, maximizar os lucros no curto prazo, mediante a atração de cliques em um período de reduzida extensão.*<sup>8</sup>

Junte-se a isso outro instrumento midiático que surgiu com o advento do sistema de mensagens instantâneas, primeiro com o Twitter e depois com o Whatsapp cuja difusão, diga-se infestação, alastrou-se planeta afora criando heróis e bandidos diariamente, do mesmo modo que fazem nascer celebridades que duram o suficiente, mesmo que seja além dos quinze minutos alardeados por Andy Warhol. Vejamos o caso recente envolvendo ex-deputado Roberto Jefferson e a sua prisão<sup>9</sup>.

Queremos deixar de lado, momentaneamente, os aspectos jurídicos e políticos do caso para darmos atenção ao seu aspecto social e também comportamental; o que preocupa mais que a apologia que o ex-deputado faz à violência contra instituições, é a sua desfaçatez com o alcance de seus atos; cremos que pessoas como ele não percebem, ou fingem que não percebem, como suas postagens atingem, mais que os adultos, as crianças que nos dias atuais, tem acesso a esse tipo de informação. Essa libertinagem midiática tem consequências óbvias na formação do caráter dessas crianças, futuros cidadãos capazes de obter o que quiserem por meio da violência gratuita.

Esse aspecto aqui abordado, constitui, a nosso ver, a maior das perfídias cometidas por um indivíduo que ao difundir suas opiniões publicamente não se atém ao risco de que tais publicações eletrônicas possuem um alcance desmedido e descontrolado, o que reverbera por todo o tecido social de uma maneira inquietante e até mesmo perturbadora. Ações como essa, embora pareçam, ou não queiram perceber, atingem o nível comportamental, podendo descambar para uma odiosa barbárie não apenas sob o aspecto da ordem institucional, como também, e talvez principalmente, sob os aspectos comportamentais e sociais.

Tudo isso evidencia de modo inequívoco os perigos que rondam a “Terra de Ninguém Eletrônica”, onde não há limites e muito menos controle; “..., a Internet surgiu como um espaço associado à liberdade, sem um controle central e sem a dependência de autorizações e fronteiras estatais. Diante das dificuldades em se traçar uma linha precisa entre a censura e a regulação legítima, nos países democráticos, a regra geral tem sido a preservação da liberdade de expressão, com reduzida interferência estatal sobre as manifestações na Internet”.<sup>10</sup>

E a lição mais importante que precisamos extrair neste momento, refere-se a interpretar com coerência, o que é informação e o que é opinião, pois confundi-las e utilizá-las de forma indevida concorrerá para que dúvidas transformem-se em certezas e estas construam a discórdia. Não nos esqueçamos que, assim como o caos, a discórdia também atende a interesses escusos.

*Produtores de notícias falsas são empresas com duas características distintas. Primeiro, eles não fazem nenhum investimento em reportagens confiáveis, de modo que seus incentivos fundamentais não estão relacionados com a expressão da verdade. Em segundo lugar, eles não se preocupam em construir uma reputação de qualidade a longo prazo, mas, apenas, maximizar os lucros no curto prazo, mediante a atração de cliques em um período de reduzida extensão.*<sup>11</sup>

Ou seja: esses produtores não são, nada mais, nada menos que mercenários digitais que visam angariar recursos financeiros, certo prestígio, mesmo que duvidoso e enormes dividendos políticos. Acrescente-se a isso a frouxidão governamental de certos países em facilitar ou mesmo incentivar que “empresas” como essa instalem-se em seus territórios com o objetivo de abiscoitar o seu quinhão. O que se obtém, então, constitui um ambiente perfeito para a proliferação de notícias falsas e informações duvidosas, já que os seus veiculadores, tem a seu favor, imperativos de ordem econômica, interesses políticos e incentivos oficiais provenientes do governo local, de tal forma que eventuais discussões sobre a possibilidade de fixação de instrumentos regulatórios esbarra no próprio modelo de negócio altamente rentável construído por tais empreendimentos, que também recebem proteção extra de gigantes do Vale do Silício que controlando as principais plataformas digitais, desdobram seus investimentos sobre mídias sociais potencializando ainda mais os seus lucros.

Creio que o tempo nos proporcionará mais lições a serem apreendidas, muito embora seja crucial sua verdadeira compreensão; de como esses mecanismos digitais se desenvolverão, na medida em que avançam a passos largos, desacreditando as instituições respeitáveis que perdem terreno paulatinamente ante sua ineficácia em agir a favor de seus princípios, porém contra seus financiadores. Entretanto, é tão importante quanto compreendê-los, saber interpretá-los de acordo com um processo de coesão racional e destituída de paixões, emoções e opiniões. Uma primeira impressão indica um enorme interesse pelo desequilíbrio de forças políticas visando enfraquecer os pilares da democracia social, cujos princípios tem-se mostrado incapazes de manter sua posição já que estamos em meio a um período histórico repleto de incertezas com as quais não sabemos lidar; não nos esqueçamos que todo o risco é administrável, mas a incerteza não segue o mesmo caminho, sempre apresentando algo inesperado e até mesmo surpreendente. Vamos nos ater ao excerto abaixo transcrito.

*Uma das conclusões mais evidentes nesse sentido é a concentração dessas ações em polos políticos localizados no extremo do espectro político, promovendo artificialmente uma radicalização do debate e, conseqüentemente, minando possíveis pontes de diálogo entre os diferentes campos políticos constituídos. Outro elemento flagrante é o ‘inchamento’ de movimentos políticos que são, na realidade, de dimensão bastante inferior. Somados, esses riscos e outros representados pelos robôs, são mais do que o suficiente para jogar luz sobre uma ameaça real à qualidade do debate público no Brasil e, conseqüentemente, do processo político e social definidor dos próximos anos. (Ruediger, 2017, p. 8).<sup>12</sup>*

De outro lado, iniciativas como a levada a efeito por Evan Willians, um dos criadores do Twitter, quando desenvolveu a plataforma medium que tem por objetivo a remuneração de criadores de conteúdo de qualidade para a internet e que mantenham elevado grau de coerência e consistência. Para isso, ele se vale de um conjunto de metas que assim podem ser resumidas:

*(i) reduzir os incentivos econômicos que premiam, de forma desproporcional, a atenção em detrimento da qualidade ou, ainda, páginas sensacionalistas e intermediários em detrimento de produtores de conteúdo relevante e original;*

*(ii) fortalecer os incentivos relacionados à reputação;*

*(iii) conter a ação dos incentivos políticos; e*

*(iv) subsidiariamente, impor constrangimentos legais sobre a publicação de notícias falsas.*

A primeira delas constitui um enorme desafio já que visa exaurir as fontes de notícias falsas, minando suas fontes de recursos oriundas de propagandas veiculadas em seu interior, provocando os grandes provedores a rever suas políticas de incentivo a páginas sensacionalistas cujo conteúdo, além de duvidoso, pode ser prejudicial do ponto de vista sociopolítico, reavaliando a origem de páginas rasas mas de amplo espectro disseminador, o que induz essas plataformas e evitar que anunciantes também respeitáveis vejam suas marcas atreladas a notícias sem origem provenientes de sites cuja a origem também é incerta ou obscura. É um primeiro passo que segue acompanhado de outros como a valorização de páginas remuneradas possam redirecionar o leitor para páginas de subscrição correlata destinando as receitas geradas diretamente ao produtor de conteúdo.

Por fim, fiquemos com um pensamento a ser devidamente digerido e processado com racionalidade e bom senso, cientes de que veiculação de notícias falsas não se trata de um fenômeno passageiro; veio para ficar e precisa, antes de ser combatido, compreendido como distribuidores e não produtores de conteúdo sedentos por audiência cerceando o acesso de usuários a outros conteúdos com pontos de vista diversos e informações divergentes.

Afinal, se a humanidade é movida por respostas, não basta conhecer as perguntas, mas também de onde provem e se estas são de fato construtivas e dignificantes.

*Se não em todas, em muitas das análises sobre o fenômeno das fake news é possível encontrar um sentimento comum: a frustração. Vale dizer, um olhar pessimista e de incômodo, frente à deterioração da democracia e do espaço público autônomo constituído pelas redes sociais. Em alguma medida, a utopia da Primavera Árabe – e dos diversos movimentos sociais que sacudiram o mundo a partir de 2011– se perdeu na dura realidade da desinformação e da disseminação de discursos intolerantes e de notícias falsas, cuja expressão máxima foram as eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2016.*

- 1 <https://medicinasa.com.br/fake-news-saude/>
- 2 <https://www.welivesecurity.com/br/2020/07/02/fake-news- quais-os-riscos-das-noticias-falsas-em-tempos-de-covid-19/>
- 3 <https://saude.ig.com.br/coronavirus/2020-12-23/2020-confira-as-7-fake-news-mais-perigosas-sobre-a-pandemia-de-covid-19.html>
- 4 <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219/2416>
- 5 <https://ciceronogueira.com.br/manuel-castells-a-ruptura- crise-na-democracia-liberal-31a7a456e1ae>
- 6 <https://revista.internetlab.org.br/a-democracia-frustrada-fake-news-politica-e-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/>
- 7 <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Espet%C3%A1culo-e-esc%C3%A2ndalo-na-cobertura.pdf>
- 8 <https://revista.internetlab.org.br/a-democracia-frustrada-fake-news-politica-e-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/>
- 9 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/14/prisao-de-roberto-jefferson-e-mantida-apos-audiencia-de-custodia.ghtml>
- 10 <https://revista.internetlab.org.br/a-democracia-frustrada-fake-news-politica-e-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/>
- 11 <https://revista.internetlab.org.br/a-democracia-frustrada-fake-news-politica-e-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/>
- 12 <https://revista.internetlab.org.br/a-democracia-frustrada-fake-news-politica-e-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/>